

A Necessária Prevenção de Conflitos

Gelson Fonseca Jr.

Enquanto não se investir, de forma empenhada, na prevenção de conflitos, continuaremos a assistir impotentes à repetição de tragédias humanitárias. As Nações Unidas devem assumir como premissa que as guerras não podem sequer começar.

A Organização das Nações Unidas foi criada em 1945 com o objetivo de “salvar as futuras gerações do flagelo da guerra”. Sob muitos aspectos, a Organização teve êxito. Criou a atmosfera política que permitiu evitar uma nova Guerra Mundial, estabeleceu uma complexa arquitetura internacional de mecanismos de proteção dos direitos humanos, e lançou as bases para a cooperação económica global. Esses êxitos, contudo, são em grande medida ofuscados pela continuidade de guerras localizadas e conflitos internos que têm assumido características preocupantes. Há uma clara consciência de que a ONU precisa fazer mais, não apenas na solução de conflitos mas também na sua prevenção. Prevenir, como se diz, sempre é melhor do que remediar. É melhor porque é mais barato do que ter que reconstruir países destruídos pela guerra. E é melhor sobretudo porque evita os altos custos humanos provocados pela violência armada.

A marca dos conflitos contemporâneos tem sido as violações sistemáticas dos direitos humanos. O genocídio de Ruanda, em 1994, em que 800.000 pessoas foram massacradas em menos de 90 dias, representa tudo quanto as Nações Unidas deveriam evitar. O problema é que a ONU tem privilegiado mais a busca de soluções para os conflitos já em andamento do que o cultivo de instrumentos capazes de detectar a violência à nascença, de modo a evitar que atritos e tensões desaboquem em violência armada. Apenas quando a violência alcança as manchetes, invariavelmente após perseguições e abusos contra a população civil ou grandes fluxos de refugiados e deslocados internos, é que se criam as condições políticas para algum tipo de acção. Essa situação precisa mudar, caso se queira realmente salvar as futuras gerações do flagelo da guerra.

A ONU está a iniciar uma reflexão sobre a necessidade de aperfeiçoar mecanismos de prevenção de conflitos e espera-se para Maio próximo um relatório do Secretário-Geral Kofi Annan com recomendações concretas sobre a matéria. O importante a ressaltar desse processo é a existência de uma ampla experiência passada que poderá ser utilizada de forma mais planejada no futuro. Sabe-se, por exemplo, que o deslocamento preventivo de tropas e de forças policiais com autorização do Conselho de Segurança pode evitar o agravamento de tensões e estabilizar a situação de segurança em determinados casos. Do mesmo modo, a ONU tem observado o impacto positivo de Comissões de Verdade e Reconciliação ou dos tribunais para crimes de guerra na superação de traumas e na criação de bases seguras para que conflitos passados não ressurgam.

As lições do passado terão que ser combinadas com novas ideias com vistas à criação de um “stock” de iniciativas multidisciplinares com o envolvimento não apenas do Conselho de Segurança, mas também dos outros órgãos da ONU e das ONGs. Afinal, prevenir conflitos significa criar bases económicas, sociais, políticas e culturais para que a tolerância prevaleça e as diferenças possam ser canalizadas institucionalmente, inclusive, se necessário, por meio do Poder Judiciário.

Iniciativas como diplomacia preventiva (identificando as tensões e oferecendo a mediação), desarmamento preventivo (quando há grande acumulação de armamento nas mãos de facções rivais), e deslocamento preventivo de tropas devem ser complementadas pelo fortalecimento do Estado de Direito democrático, educação para os direitos humanos, e mais cooperação internacional para o desenvolvimento.

A prevenção certamente não se aplica apenas aos que nunca passaram por conflitos. Na verdade, talvez ela seja ainda mais crucial naquelas sociedades que se esforçam em cicatrizar feridas abertas por uma longa história de violência. Uma estratégia de solução para o conflito em Angola, por exemplo, deve ter presente desde o início a preocupação com a prevenção. Uma vez superado o conflito, a chamada "construção da paz pós-conflito", para usar o jargão da ONU, deverá lidar com tensões localizadas que podem levar à retomada da luta armada. No caso de Angola, a assistência de emergência para a situação humanitária desesperada – a mais grave do continente africano – deverá fazer-se acompanhar de medidas para garantir o desenvolvimento sustentado, eliminando assim a possibilidade de que a falta de perspectivas de um futuro melhor para a população gere ambiente propício para novo ciclo de violência.

A pobreza tem sido apontada pelos especialistas como uma das causas estruturais que contribuem para a eclosão de conflitos. Mais do que a pobreza, contudo, o que gera ressentimento e conflito é a desigualdade e a exclusão dos benefícios do crescimento económico. Quase todos os conflitos contemporâneos possuem o ingrediente da desigualdade, muitas vezes associado à exploração ilegal de recursos naturais (como os diamantes em Angola e Serra Leoa) e à "politização" da etnicidade, ou seja, a manipulação demagógica das diferenças étnicas para a obtenção de vantagens políticas e económicas. Todos esses factores são conhecidos, mas falta atacá-los simultaneamente de forma planejada e sistemática, com a dose certa e realista de incentivos positivos (recompensas) e negativos (punições) de acordo com a especificidade de cada situação concreta.

Há pelos menos um grande obstáculo no caminho da prevenção de conflitos. É muito difícil avaliar a eficiência das iniciativas preventivas. Por definição, a prevenção será tanto mais bem-sucedida quanto menos chamar atenção, pois o resultado é a ausência de um conflito que não chegou a ser constatado, já que abortado nos seus primórdios. Em outras palavras, o resultado não é palpável, diz respeito a um conflito que poderia ter existido mas que não chegou a materializar-se. Por essa razão, é infinitamente mais fácil mobilizar recursos e a atenção da opinião pública quando as tensões degeneram em violência aberta e as imagens da tragédia invadem as nossas casas pelas antenas de TV. Como ficar indiferente diante do sofrimento e da destruição, que atingem principalmente mulheres e crianças, ainda que as imagens venham de um ponto distante do globo?

Talvez a chave para superar esse obstáculo resida em lembrar que continuaremos a assistir impotentes à repetição de tragédias humanitárias enquanto não se investir na prevenção dos conflitos. Vale a pena insistir na prevenção como oportunidade para integrar os esforços da ONU em um esquema coerente de criação de uma paz duradoura e sustentável. Para tanto, o Brasil, na condição de país em desenvolvimento, pacífico e democrático, está certamente credenciado para contribuir activamente. Deveremos continuar a bater na tecla das vantagens de uma estratégia audaciosa de prevenção, que leve em conta a necessidade de criar capacidade local para resolver as diferenças pacificamente sob uma atmosfera favorável ao desenvolvimento económico e à consolidação da democracia e do respeito pelos direitos humanos. Esses, aliás, são os objetivos em nome dos quais a ONU foi criada.